

Queda do PIB fica em 1% na revisão do acordo com FMI

Perspectiva de melhora da atividade econômica no 2º semestre favorece projeção mais otimista

Jocimar Nastari

Da Agência O GLOBO

• BRASÍLIA. A equipe econômica e a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), que deixou ontem o país, acertaram que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve cair 1% em 1999, informou ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo.

Na primeira revisão do acordo com o FMI, anunciada no início do ano, a projeção era que o PIB terminaria 99 com queda entre 3,5% e 4%, em relação a 1998. Na semana passada, o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mário Marconini, informara que o Governo projetava queda de 1,2% do PIB para 99.

Segundo Amadeo, a melhora de 0,2 ponto percentual na projeção deve-se à revisão das bases estatísticas de cálculo e à perspectiva de melhora da atividade econômica no segundo semestre. O secretário disse que, pessoalmente, acredita que o PIB poderá terminar

este ano com queda entre 0,7% e 0,8%. Ele considera conservadora a projeção de 1% de redução do PIB.

— Não descarto a possibilidade de fecharmos este ano com redução entre 0,7% a 0,8% do PIB, porque o cenário macroeconômico permite prevermos isso — afirmou.

O diretor-adjunto da Goldman Sachs, Paulo Leme, disse ontem que se o Brasil quiser crescer a taxas superiores a 5% ao ano será preciso esforço fiscal adicional, com aumento da poupança interna, privada e pública, e redução das taxas reais de juros, sem contudo pôr em risco a balança de pagamentos.

Leme, que participou do seminário Os Desafios da Retomada Econômica, no auditório do Jockey Club, disse que os analistas em Nova York estão preocupados porque as lideranças políticas brasileiras não aproveitam o bom momento do país para aprofundar o esforço fiscal e a criar base para o desenvolvimento sustentável do país. Segundo ele, o Brasil ainda depende de capitais externos, o que o deixa suscetível de sofrer os efeitos de uma eventual redução no fluxo de recursos financeiros para os países emergentes.